



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
Gabinete da Vereadora Aline Mariano

REQUERIMENTO

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades Regimentais, que seja Instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), composta por cinco membros, assegurada a proporcionalidade partidária, com o prazo de duração de 30 dias estabelecida no artigo 245 do Regimento Interno desta Casa, cujo objetivo é apurar as questões Relativas ao Lixo da cidade do Recife.

JUSTIFICATIVA

Em 5 de maio de 2009, entrei com um requerimento nesta Casa Legislativa, propondo a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com o intuito de apurar as questões relativas ao lixo na cidade do Recife. Infelizmente, não obtive, no Plenário, o número suficiente de assinaturas necessárias para a instalação da CPI. À época, consegui 11, das 13 necessárias. A partir de uma manobra governista, quatro parlamentares retiraram suas assinaturas.

Diante de vários problemas que a cidade vem passando, faz-se necessário que seja requerida novamente a instalação dessa CPI, a fim de fiscalizar todos os contratos celebrados entre a Prefeitura do Recife e as empresas privadas para a realização do serviço de limpeza urbana. Será a segunda tentativa de investigação dos contratos do lixo na cidade.

A paralisação da limpeza urbana do Recife e o serviço de baixa qualidade evidencia como um dos serviços essenciais da cidade é vulnerável. Não é difícil ver as ruas e calçadas da

cidade cheias de entulhos e lixo por toda a parte. Tanto que o volume de requerimentos na Casa José Mariano solicitando à PCR a resolução de tais problemas é recordista.

O problema revela o quanto o governo municipal pode se tornar refém das empresas privadas, contratadas para a coleta do lixo. Para entender a complexidade da coleta do lixo, é preciso conhecer como funciona a divisão no recolhimento dos entulhos. A limpeza urbana, que compreende o recolhimento do lixo, a varrição de ruas, pátios, feiras e das praias, além da pintura de meio-fio, é feita por duas empresas: a Vital Engenharia Ambiental, responsável por 80% da área da cidade, e a Construtora Andrade Guedes, responsável por 20%. O custo da limpeza é, em média, R\$ 10,6 milhões por mês. Vale ressaltar que a coleta do lixo no Recife é uma das mais onerosas do País.

Para ilustrar a discrepância entre os contratos firmados pela Prefeitura com as duas empresas, basta destacar os valores cobrados pelas empresas para a realização de mesmo serviço. Enquanto a Andrade Guedes cobra R\$ 150,65 pelo serviço de pintura de um quilômetro de meio-fio, a Vital Engenharia - contratada no lugar da Qualix, por meio de dispensa de licitação – cobra 244% a mais, o equivalente a R\$ 518,43.

Esse preço, no entanto, está sendo questionado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), o qual recomendou à Prefeitura dividir a coleta em, no mínimo, quatro lotes, o que acarretaria em uma maior concorrência das empresas e, conseqüentemente, menor preço. No entanto, a PCR manteve o modelo dos dois lotes, concentrando em apenas duas empresas o serviço de limpeza urbana.

O lixo recolhido é levado, provisoriamente, para dois aterros sanitários privados: o CTR-Candeias, em Jaboatão dos Guararapes, e o CTR-Pernambuco, em Igarassu. Isso se deu em cumprimento à determinação judicial da 1ª Vara Criminal de Jaboatão dos Guararapes, que suspendeu as atividades no Lixão da Muribeca, no dia 17 de julho de 2009. Os dois aterros vêm recebendo todo o lixo, o qual deve ser tratado para destino final. Com isso, a PCR passou a pagar 30% a mais por cada tonelada de resíduo tratado.

O valor do investimento é de R\$ 6 milhões para o contrato com a empresa localizada em Igarassu e R\$ 2,9 milhões para o pagamento da unidade de Jaboatão. Durante este período, serão destinadas em torno de 420 mil toneladas de resíduos sólidos provenientes da capital pernambucana, nos dois aterros privados.

Um novo projeto conjunto para a criação de um aterro sanitário adequado às normas ambientais, com respaldo social, entra novamente na pauta dos gestores públicos. E o que era para ser solução, tem se tornado outro problema, a ponto de o Ministério Público de Pernambuco requerer um ultimato aos envolvidos no projeto.

A proposta do governo do Estado para a criação de um Consórcio Metropolitano responsável pela destinação de resíduos sólidos iria envolver a participação do Estado e dos 14 municípios da Região Metropolitana do Recife. O consórcio cuidaria da disposição do

lixo das cidades em pelo menos três aterros sanitários energéticos regionalizados: Sul, Norte e Oeste, os quais seriam viabilizados através de investimentos do PAC. O consórcio também pretende instalar unidades de reaproveitamento, tratamento e reciclagem dos resíduos sólidos da construção civil. Mas a Prefeitura insiste em ter um aterro público próprio ‘para chamar de seu’, o que economicamente não é interessante, nem ecologicamente correto.

Paralelamente, a Prefeitura firmou contrato, desde 2006, com a Concessionária Recife Energia, que venceu licitação para, a partir de 2011, em um período de 20 anos, ficar responsável pela destinação e tratamento dos resíduos sólidos produzidos na capital. A concessionária vai gerir de 60% a 70% de lixo produzido pelo Recife.

O contrato com o Recife Energia prevê a implantação da polêmica Central de triagem e beneficiamento de lixo às margens da BR-101, na reserva ambiental da Mata do Engenho Uchoa, na Zona Oeste do Recife, e a chamada usina de cogeração, no Cabo de Santo Agostinho, na Região Metropolitana. O Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) estão sendo analisados pela Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH). Os serviços de incineração ainda estão sendo testados e avaliados quanto aos impactos ambientais.

É lamentável que passado quase dois anos, o processo para licitação do lixo não esteja concluído. Desde 2008, quando ainda na gestão do ex-prefeito petista João Paulo, a situação do lixo vem se arrastando.

O que não se entende é o motivo pelo qual a atual gestão insiste em privatizar a destinação do lixo mesmo depois de firmado um contrato milionário, de R\$ 308 milhões, com o Recife Energia (Usina de Tratamento de Lixo).

E por causa da inabilidade da Prefeitura do Recife, a população convive com a insatisfação do serviço de limpeza urbana, que gera transtornos com o acúmulo de lixo nos bairros. E, além disso, fica a preocupação com a proximidade do período chuvoso, nas áreas de risco da cidade.

Pelos motivos acima expostos, faz-se de extrema importância a implantação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de fiscalizar os contratos milionários celebrados pela Prefeitura para o serviço de limpeza urbana na cidade, que envolve: coleta; aterros (destino final do lixo) e Recife Energia (Usina de Tratamento de Lixo).

Cumpro aqui meu papel como legisladora quando solicito a esta Casa a instalação dessa CPI. De forma que espero que os meus pares sejam favoráveis ao requerimento para que a gente possa ter transparência e o acompanhamento das ações e investimentos feitos com os recursos dos cofres públicos do município.

Câmara Municipal do Recife, 19 de abril de 2010.

Aline Mariano
Vereadora